

A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO CONTEXTO DAS “NOVAS OPORTUNIDADES” EM PERNAMBUCO

Angela Santana do Amaral¹

Francis Azevedo²

O trabalho apresentado é parte de uma pesquisa de iniciação científica desenvolvida em instituição de ensino superior em Pernambuco e discute as principais estratégias desenvolvidas pelos agentes públicos e privados quanto às ações de qualificação/requalificação dos trabalhadores para os novos empreendimentos produtivos de Pernambuco, com destaque para os programas voltados ao Complexo Industrial de Suape. Observa-se um forte movimento por parte da mídia e de documentos governamentais ressaltando um mercado de oportunidades que se deve ao grande potencial do Estado para abrigar um conjunto de iniciativas inovadoras e sustentáveis, seja sob o ponto de vista das capacidades empreendedoras -públicas e privadas- que se mobilizam para fazer “negócios”, ou da infraestrutura básica favorável a um custo competitivo, o que torna esses fatores um dos principais diferenciais para investimentos de empresas industriais ou prestadoras de serviços. O discurso que acompanha tais notícias tem, na noção de empregabilidade, traços marcantes: noção que está sempre acompanhada de expressões como “esperança”, “oportunidade” e “crescimento”, numa clara sinalização de que a incorporação desses empreendimentos na dinâmica econômica do Estado proporcionará o crescimento e desenvolvimento de Pernambuco, e será responsável por gerar milhares de vagas de trabalho para os moradores da região no entorno dos projetos. A disseminação dessas informações provoca impactos na subjetividade da população que parece incorporar a idéia de que esses empreendimentos irão “mudar suas vidas”, e “que o investimento em cursos de qualificação lhes garantirá uma vaga neste amplo mercado que se abre”. Com a instalação desses empreendimentos algumas questões se colocam ao debate: o processo de organização dos trabalhadores que não vivenciaram as práticas organizativas dos anos 80 do século passado, o debate do desenvolvimento regional, as novas práticas de gestão e organização do trabalho e a relação entre crescimento econômico e desenvolvimento social das localidades envolvidas nos empreendimentos.

Palavras chaves: Qualificação profissional, hegemonia, conhecimento, empregabilidade, Serviço Social.

A preocupação com a qualificação/requalificação profissional da força de trabalho vem se constituindo uma tendência mundial desde a década de 70 com a crise do

¹ Docente do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho. angelaufpe@yahoo.com.br.

² Estudante de graduação em Serviço Social - UFPE participa do programa de iniciação científica vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho. azevedo francis@hotmail.com.

modelo *fordista-taylorista* de produção, e a emergência de um novo padrão produtivo denominado *produção flexível*. Nesse contexto, “a qualificação profissional aparece como uma necessidade do capital de recompor sua rentabilidade e como uma necessidade do campo de trabalho que, historicamente, defende a bandeira de universalização da educação e a compreende como estratégia de enfrentamento ao desemprego” (Angela Amaral, 2005). É na década de 90 do século passado que a necessidade de adequação da força de trabalho às novas exigências da produção, impulsionada pela competitividade e produtividade aumenta no Brasil, sendo implementadas diversas políticas públicas de qualificação profissional.

Em 1995, foi criado o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – PLANFOR, sob gestão da Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional, do Ministério do Trabalho e com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, cujo objetivo era construir, gradativamente, oferta de educação profissional permanente, com foco na demanda do mercado de trabalho, de modo a qualificar ou requalificar, a cada ano – articulado à capacidade e competência existente nessa área – pelo menos 20% da População Economicamente Ativa (PEA). A perspectiva era a de contribuir, dentre outros fatores, para a redução dos níveis de desemprego e subemprego, bem como para a elevação da produtividade, da competitividade e da renda. Sua principal orientação era a articulação entre o saber desenvolvido na prática e o conhecimento científico cada vez mais exigido pelo trabalho.

De acordo com Leite Lima (2002), a análise do processo em curso evidencia que os diagnósticos educacionais produzidos pelo Banco Mundial, CEPAL e Banco Interamericano de Desenvolvimento exercem influência direta sobre a política educacional no Brasil, seja no teor dos instrumentos legais, seja na aplicação da legislação, mediante o estabelecimento de condições para a utilização de recursos em programas nos quais aqueles organismos participam como cofinanciadores. Avançando nessa análise, Leher (2007) afirma que a educação foi extremamente revalorizada pelo Banco Mundial, justificando que a redução do tamanho do Estado, por meio de privatizações, possibilitaria que este se dedicasse ao desenvolvimento do capital humano, o que deveria ser feito com a

melhoria da gestão do sistema, e não com o aumento de investimentos para o setor.

Sob essa ótica, o discurso da qualificação está quase sempre ligado à teoria do Capital Humano, que vem sendo difundida desde a década de 60 tendo uma base teórica de cunho positivista. Apesar de antiga, traz consigo a idéia de empregabilidade, que seria a capacidade de um trabalhador se manter empregado. No entanto, no contexto da competição por um emprego e redução de postos de trabalho as conseqüências econômicas e sociais passam a ser transferidas aos trabalhadores, por não saberem melhorar a sua renda ou superar o desemprego, visto que não se qualificaram nem se empenharam o suficiente para conseguirem um lugar no mercado de trabalho.

Ao tratar do tema, Gaudêncio Frigotto afirma que a visão do capital humano, além de reduzir a concepção de educação a fatores produtivos vai reforçar toda a perspectiva meritocrática no âmbito do processo escolar. Para ele essa perspectiva também vai se reproduzir no mundo da produção, onde “todos os homens são “livres” para ascenderem socialmente, e esta ascensão depende única e exclusivamente do esforço, da capacidade, da iniciativa, da administração racional dos seus recursos, no mundo escolar, a não-aprendizagem, a evasão, a repetência são problemas individuais. Enfim, a ótica positivista que a teoria do capital humano assume no âmbito econômico justifica as desigualdades de classe por aspectos individuais; no âmbito educacional, igualmente mascara a gênese da desigualdade no acesso, no percurso e na qualidade de educação que têm as classes sociais” (1989, p. 67).

O conhecimento aqui passa a ser considerado a categoria central da nova sociabilidade. Sendo assim, os que não puderam ou por “escolha” ou por “razões do destino” adquirir o conhecimento necessário às demandas do mercado produtivo não conseguem um emprego ou se manter nele. As idéias subjacentes a essa teoria sustentam que o conhecimento é apropriado a partir do “esforço individual”, constituindo-se como uma propriedade acumulada com o passar do tempo, sob a promessa de recompensa futura, ou seja, um aumento dos seus salários e permanência no mercado de trabalho.

Com o avanço das inovações tecnológicas fica cada vez mais difícil conseguir um emprego tendo em vista o número crescente de desempregados que perdem seus postos de trabalho por conta da maquinação e automação. A esse momento atual do capital, muitos autores definem como sendo a “Era do Conhecimento”, ou seja, o conhecimento e suas formas de disseminação assumem posição extremamente relevante, por serem elementos fundamentais da dinâmica da nova ordem mundial em conformação, já que são os principais condutores e possibilitadores das inovações requeridas pelo capital. Sobre isto, afirmam Lastres e Ferraz (1999):

“O avanço e a difusão do novo paradigma técnico-econômico vêm exigindo o desenvolvimento de novos formatos e estratégias empresariais e de outras instituições (como centros de ensino, pesquisa e administração pública) que também demandam, crescentemente, uma carga cada vez maior de informação e conhecimento para desempenharem suas funções. Tais novas estratégias e formatos mostram-se também crescentemente intensivos e, portanto, dependentes de informação e conhecimento”.

Os referidos autores, defensores da sociedade do conhecimento, conferem uma relação automática e um peso significativo às mudanças tecnológicas e sua relação com o desemprego, embora saibamos que nas economias periféricas, as modalidades de trabalho precarizado, informal e flexível, predominante nessas economias, não dependem de incorporação de tecnologias nem essas são predominantes na dinâmica produtiva dos países periféricos, o que não significa dizer que seus trabalhadores não contribuam para o processo de valorização do valor.

Por parte do empresariado é difundido que o conhecimento deve ser tomado pelos operários como instrumento capaz de promover uma melhora em seu poder econômico. As empresas podem oferecer os meios; no entanto, essa é uma tarefa individual e necessária para o desenvolvimento profissional. Os trabalhadores devem estar preparados e dispostos a se adaptarem às novas condições do trabalho, bem como obterem as novas competências que conferem ao trabalhador a condição de qualificado.

Existe um número cada vez maior de trabalhadores que passam por cursos de re/qualificação contribuindo para a ampliação do “exército qualificado de reserva” que acirra ainda mais a competitividade entre os trabalhadores na busca por um emprego, escamoteando-se a perspectiva de trabalho como direito. Além disso, a demanda por força de trabalho para desenvolver o trabalho complexo é para poucos. Para o conjunto da classe trabalhadora desempregada, integrante da superpopulação relativa, as condições objetivas dos trabalhadores como escolaridade, capacidade de apreensão e leitura da realidade, reduz as possibilidades de inserção nesse mercado de trabalho.

O que se observa é a existência de uma grande oferta de força de trabalho que passa constantemente por cursos de qualificação com a perspectiva de ingressar no mercado de trabalho com todos os direitos assistidos. Para o empresariado, este exército de “qualificados” lhe confere vantagens, uma vez que, a qualquer momento, pode acessar esses trabalhadores, garantindo alta produtividade e qualidade dos serviços bem como grande competitividade.

No caso do estado de Pernambuco, o desemprego vem tomando significativas proporções, como apontam os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana do Recife – realizada pela Agência CONDEPE/FIDEM em parceria com o DIEESE e a Fundação SEADE – a taxa de desemprego total cresceu entre dezembro de 2009 e janeiro de 2010, passando de 17,5% para 17,9%. Segundo suas componentes, a taxa de desemprego aberto³ passou de 10,7% para 10,6% e a de desemprego oculto⁴ cresceu de 6,8% para 7,3 %. Apesar da implantação de grandes empreendimentos produtivos no Estado, o que se revela é a manutenção de altas taxas de desemprego.

Com a instalação do pólo de Suape o discurso da qualificação profissional se intensifica e passa a ser apresentado como a porta de acesso para as novas vagas a serem abertas. Nas ações previstas à preparação da força de trabalho

³ Segundo a classificação do DIEESE: **DESEMPREGO ABERTO** - pessoas que procuraram trabalho de modo efetivo nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos últimos sete dias.

⁴ Segundo a classificação do DIEESE: **DESEMPREGO OCULTO - Pelo trabalho precário**: pessoas que realizam de forma irregular algum trabalho remunerado (ou pessoas que realizam trabalho não remunerado em ajuda a negócios de parentes) e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista, ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram até 12 meses atrás; **Pelo trabalho desalento**: pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias, por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas procuraram efetivamente trabalho nos últimos 12 meses.

para os empreendimentos de Suape, destacamos, até o momento, a forte participação do Sistema S (SENAI, SESC, SENAC, SESI, SEBRAE, SENAR, etc.) principalmente do SENAI de Pernambuco, que, em 2005, já tinha entre 18 mil a 20 mil alunos participando dos cursos de qualificação. Em 2007, este número passou para próximo de 30 mil. Em 2009, o SENAI teve 38.500 alunos participando de 2.889 cursos e agora em 2010 deve abrir 48,6 mil vagas em seus cursos de qualificação e formação profissional, além de capacitação dos trabalhadores já empregados. Além disso, o SENAI tem atualmente 10 bases de escolas técnicas em nove municípios: três no Recife e as demais em Paulista, Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe, Garanhuns, Araripina, Petrolina e um complexo montado no município do Cabo de Santo Agostinho, no território de Suape, com capacidade para 8.000 alunos, que visa qualificar mão-de-obra nos níveis básico e técnico.

Também podemos identificar, na nossa pesquisa, que as universidades passam a se estruturar para fornecer força de trabalho qualificada e para isso, como é o caso da UPE (Universidade do Estado de Pernambuco) vem realizando estudos de viabilização para abertura de mais cursos voltados para o setor de petróleo e gás natural. Segundo reportagem do Jornal do Comércio (23 de março de 2010) o fato de a refinaria estar em Suape atraiu para Pernambuco o Centro de Estudos e Ensaios em Risco e Modelagem Ambiental (Ceerma), inaugurado em agosto de 2009 no campus da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Ele será o único laboratório do Hemisfério Sul que vai fazer testes em equipamentos usados nos poços de petróleo e tem como objetivo um diferencial na atração de empresas para o pólo de fabricação de equipamentos e serviços para a indústria naval e de petróleo que o governo do Estado pretende implantar em Suape. No Ceerma, foram investidos R\$ 8 milhões na primeira fase de implantação. Serão empregados mais R\$ 42 milhões entre 2010 e 2012. Os recursos saíram do programa de Pesquisa e Desenvolvimento da Petrobras. A perspectiva é de que as pesquisas desenvolvidas no laboratório deverão formar, anualmente, de sete a dez mestres e de três a quatro doutores.

O outro laboratório que também deve ser implantado no campus da UFPE é o Centro Nacional de Tecnologia de União de Material e Revestimento. As

negociações já estão sendo feitas entre a Petrobras e a Universidade. Esse novo centro vai demandar um investimento de R\$ 25 milhões, dos quais R\$ 15 milhões serão empregados na primeira fase. Ele vai formar força de trabalho na área de soldagem, o que vai ser muito demandado pelo Atlântico Sul.

Complementando as iniciativas de organização da formação da força de trabalho para este mercado emergente, destacamos o Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (Prominp) que tem como objetivo o aumento da competitividade neste setor. Para isso, desde que foi lançado, em 2003, este Programa difunde o discurso de que procura dispor de fornecedores competentes e mão-de-obra qualificada, garantindo que o mercado doméstico atenda às demandas futuras.

Em Pernambuco, desde 2005, vem promovendo cursos de qualificação profissional em categorias como montador de andaime, encarregado de elétrica, de estrutura, de instrumentação, de montagem mecânica, de pintura e isolamento e de solda etc. A expectativa é que ainda este ano seja iniciado o quinto ciclo do Prominp, com 7.859 vagas para o Estado. Além disso, o Plano Setorial de Qualificação da Construção Civil - PLANSEQ P&G – que é uma parceria do Prominp Nacional com o Ministério do Trabalho e Emprego, para qualificação profissional de pessoas visando às demandas da fase de construção civil da Refinaria Abreu e Lima e da Petroquímica Suape vem qualificando desde 2008 mais de 4.000 pessoas nas ocupações de: Pedreiro, Carpinteiro, Armador e Encarregado civil. Através do SENAI/PE ou entidades similares, em cursos de no mínimo 200 horas/aula, Tem como justificativa, além de aumentar o nível de “empregabilidade” das pessoas qualificadas neste Planseq, atender às necessidades de demanda por mão de obra nesta fase de construção civil da Refinaria e da Petroquímica.

No geral, podemos perceber que são inúmeras as iniciativas de qualificação profissional para atender aos empreendimentos instalados em Suape, mas que carregam sempre a “promessa” da conquista de um emprego. Na realidade, o que se pretende é atender com a maior rapidez possível às demandas de aumento de competitividade e produtividade dos empreendimentos.

A rigor, o discurso que acompanha as notícias acerca dos novos empreendimentos tem, na noção de empregabilidade, traços fortemente presentes: tal noção está sempre acompanhada de expressões como “esperança”, “oportunidade” e “crescimento”, numa clara sinalização de que a incorporação desses empreendimentos na dinâmica econômica do Estado proporcionará o crescimento e desenvolvimento de Pernambuco, e será responsável por gerar milhares de vagas de trabalho para os moradores da região no entorno dos projetos.

Ocorre que esse discurso tem rebatimentos na subjetividade da população que acaba por reproduzi-lo no sentido de que a situação de desemprego nas famílias será “resolvida” com esse “boom” econômico da região. Pesquisando nos principais jornais de Pernambuco encontramos diversas reportagens em que são entrevistadas pessoas que fazem parte destes programas de qualificação profissional. Em uma delas, intitulada “Jovens alicerçam o futuro” o enfoque é dado às “grandes chances de empregos” que os participantes terão ao sair destes cursos. A matéria discorre sobre pedreiros que estão sendo preparados para trabalhar em Suape.

Afirma um dos participantes do curso: “Eu tinha vontade de deixar de ser ajudante para ser pedreiro, mas nunca tinha tido uma oportunidade. Agora vou ter uma profissão e terei ajudantes comigo... acho que vai ser mais fácil arrumar um serviço, quero trabalhar numa firma”. (Diário de Pernambuco, 10/03/2010)

Alguns entrevistados ainda vão mais longe e incorporam a noção de cidadania tão difundida nos discursos que acompanham as políticas públicas como é o caso de uma jovem de 26 anos:

“Esse mercado está crescendo muito e certamente vou ter uma chance a mais de conseguir um emprego. Depois desse curso não serei apenas uma profissional capacitada, mas também uma cidadã que conhece seus direitos e deveres”. (idem)

Aqui, chamamos atenção para a discussão da naturalização do conceito de cidadania e seu uso indiscriminado e abstrato por parte do governo, empresários e até trabalhadores.

A nosso ver, a temática da Qualificação Profissional dos trabalhadores se insere em uma discussão mais ampla que vem se constituindo em tentativa de construção de hegemonia na sociedade. “Educação para todos e oportunidades” são os eixos que orientam a idéia de inclusão social e de uma cidadania indiferenciada, onde as classes trabalhadoras são interpeladas para se responsabilizarem pelo seu “capital social” e pela sua inserção no mercado de trabalho.

Pode-se perceber que as instituições estatais e também as privadas têm sido eficientes e funcionais no sentido de viabilizar políticas, como é o caso das políticas de qualificação profissional, no sentido de criar uma cultura pragmática, imediatista, instrumental e ideologicamente compatível com as atuais necessidades de acumulação e reprodução do capital. Nesse sentido, tecem uma visão de sociedade e de homem antagônica a que é defendida na perspectiva de uma educação integral.

A proposta de qualificação profissional que é apresentada tanto pelo estado como pelo empresariado, na fase atual do capitalismo, tem como suposto a responsabilização individual pela situação econômica e social dos sujeitos sociais. Está baseada nas noções de competências individuais, empreendedorismo e autonomia. Nessa direção, incorpora o horizonte de conservação e formação de uma hegemonia dominante.

Mas, contraditoriamente, as lutas sociais podem politizar o debate que hoje vem sendo massificado e difundido junto às classes subalternas no sentido de que a educação seja objeto de crítica teórica e política e, portanto, a serviço da transformação das relações sociais.

BIBLIOGRAFIA

Amaral, Angela. . **Qualificação dos trabalhadores e estratégia de hegemonia: o embate de projetos classistas**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista**. São Paulo, Cortez, 1989.

LASTRES Helena Maria Martins; FERRAZ, João Carlos. **Economia da informação, do conhecimento e do aprendizado**. In: LASTRES Helena Maria Martins; ALBAGLI, Sarita (Orgs). **Informação e Globalização na Era do Conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LEHER, Roberto. PAC, **Educação e Heteronomia Cultural**. In: **Revista de Políticas Públicas. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas na Universidade Federal do Maranhão**, v. 11, n. 1, janeiro/junho, 2007. São Luiz: Programa de Políticas Públicas, 2007.

LEITE LIMA, Domingos. **Impactos das recentes políticas públicas de educação e formação de trabalhadores: desescolarização e empresariamento da educação profissional**. In: **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v.20, n.02, p.269-301, jul./dez. 2002. Disponível em: http://www.ced.ufsc.br/nucleos/nup/pdf_v20_n2/artigo_impactos.pdf Acesso em: 28.02.2008.